



## **ANÁLISE DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**ATO CONVOCATÓRIO ABHA N.º 009/2013**

**MODALIDADE: COLETA DE PREÇOS**

**TIPO: TÉCNICA E PREÇO**

**RECORRENTE: CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA – 4ª REGIÃO**

Em 11 de novembro de 2013, nesta cidade de Araguari-MG, a Comissão de Licitação e Julgamento da ABHA, analisou a Impugnação do Ato Convocatório, datado em 08 de novembro de 2013, oportunidade em que foi deliberado o que se segue:

### **DA TEMPESTIVIDADE E FORMALIDADES LEGAIS**

A presente impugnação tem fundamento no artigo 41 da Lei 8.666/93, e item 9.1 do Ato Convocatório.

Preconiza a lei de licitações, bem como o edital no item 9.1, que o prazo para impugnação do edital em testilha é de 05(cinco) dias úteis antes da data da abertura dos envelopes.

Destarte, considerando que a Recorrente interpôs as razões de inconformismo ao edital em **08 de novembro de 2013**;

Considerando, que a data prevista para abertura dos envelopes é no dia **12 de novembro de 2013**, conforme já preestabelecido;

Considerando, o princípio da legalidade e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, **a presente impugnação se digna INTEMPESTIVA**, visto que foi aviada fora do prazo estabelecido pela legislação federal e normas editalícias.

Nada obstante, a Comissão de Licitação e Julgamento, passa a expor algumas ponderações ao recurso interposto, com intuito de esclarecer os fatos apontados nas razões.

Ressalta-se, que esta Comissão não fará exame meritório sobre o recurso, mas sim, apontar esclarecimentos sobre as razões da impugnação.



## **DO RESUMO DAS RAZÕES APRESENTADAS PELO RECORRENTE**

A Recorrente em suas razões recursais, manifesta seu inconformismo no que tange ao item 10, anexo I e alíneas do Ato Convocatório 009/2013.

Afirma que:

“...ao tomar conhecimento do ato convocatório nº 009/2013, constatou ilegalidade, que significa o indevido cerceamento e desvalorização do exercício profissional da Biologia...”.

Por fim, pleiteia que seja dado provimento ao Recurso, no intuito de retificar o edital, expurgando definitivamente qualquer cláusula que impeça, mesmo indiretamente, a livre participação de Biólogos e de empresas registradas no Conselho Regional de Biologia e com Responsável Técnico Biólogo.

Esta é uma apertada síntese da Impugnação.

## **DA ANÁLISE**

A Recorrente, expondo as razões de sua inconformidade, preconiza que o item 10, anexo I, alínea “a”, feriu o livre exercício do profissional de Biologia, ao especificar e exigir que o coordenador geral, fosse um profissional de nível superior em Engenharia ou Arquitetura ou Ciências Econômicas, com experiência mínima de 10(dez) anos na área de planejamento.

A Comissão de Licitação e Julgamento esclarece que, quando da interposição da referida irresignação, em suas razões, abordou a Recorrente, fatos que já havia sido alterado pelo 2º Termo de Retificação do Ato Convocatório em epígrafe. Utilizou a Recorrente de Ato Convocatório pretérito às disposições aplicáveis hodiernamente.

Ressalta-se que umas das alterações realizadas foram no sentido de aprovar a participação de outros profissionais, inclusive os com formação em Biologia, como Coordenador Geral.

Assim, sobre o referido item em específico, não há questionamento a ser elucidado, visto que não mais se aplica as argumentações expostas pela Recorrente em suas razões.

Por outro lado, a Recorrente questiona sobre profissional na área de geoprocessamento, assim, esclarece a Comissão que o Ato Convocatório em nenhum momento restringe qual profissional deverá executar essa atividade.



Lembrando que o Ato Convocatório exige, na equipe técnica, profissional com habilidade de executar serviços de geoprocessamento e trabalho com imagens de satélite e desenhos urbanos.

Nesse sentido, cabe a participante comprovar que o profissional indicado para desenvolver a referida atividade, contém os requisitos exigidos no Ato Convocatório.

Portanto, a Comissão esclarece que, não vislumbra qualquer irregularidade neste requisito.

Com relação ao questionamento sobre a exigência do profissional na área social, para desempenhar atividade em mobilização social, em especial nas articulações comunitárias, identificação de lideranças, capacitação de agentes, educação socioambiental, a Comissão justifica que a exigência da área social concentra no entendimento de que tal área de atuação deve reunir maior conhecimento técnico específico para abordagens mais diferenciadas da questão social, ainda que outras profissões, a exemplo da própria Biologia, tenham em sua grade curricular e em seu escopo profissional, prerrogativas concorrentes para operar nas atividades descritas no edital.

Para elucidar melhor a justificativa apresentada, vale considerar que os serviços serão realizados em vários Municípios, englobando, por conseguinte várias regiões sociais, o que motiva exigir categoria profissional que tenha a área social como atividade-fim, na expectativa de poder abraçar atribuições de maior complexidade social. Aliás, o posicionamento de alguns tribunais afasta a possibilidade de qualquer ilegalidade nesse sentido.

Também, apresenta na exordial a impugnação, no que tange a injuridicidade da exigência da prova de inscrição junto aos conselhos regionais das empresas e profissionais.

Quanto ao fato do edital exigir registro ou inscrição da Entidade no órgão competente, importante ressaltar que o registro de uma empresa, e a anotação dos profissionais legalmente habilitados dela encarregados, junto aos conselhos competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões (os conselhos), se dá em razão de sua atividade básica, ou em relação àquela pela qual preste serviço a terceiros, nos exatos termos do artigo 1º da Lei n. 6839/80

Assim, verifica-se pelo ordenamento jurídico exposto acima, que a obrigatoriedade de registro dos licitantes junto a um conselho, varia em função da atividade básica por ela exercida.

Ressalta-se o fato de que, compete a cada participante (empresa e profissional) estar registrado em sua entidade de classe predominante, nos



**ABHA**  
**BACIA RIO ARAGUARI**

Associação Multissetorial de  
Usuários de Recursos Hídricos  
da Bacia Hidrográfica do  
Rio Araguari.

termos do artigo 1º da Lei 6.839/80.

Observa ainda, a exigência do Artigo 30, §1º, inciso I da Lei 8.666/93 e artigo 22, inciso I, da Resolução Conjunta SEMAD/IGAM Nº 1.044, de 30 de outubro de 2009, na qual exige inscrição da equipe técnica profissional no Conselho de Classe.

### **POR FIM**

Em esclarecimento às razões recursais expostas, e, considerando o artigo 41 da Lei 8.666/93 e item 9.1 do Ato Convocatório, considerando o fato de que algumas razões apresentadas em impugnação pela Recorrente faz menção a Ato Convocatório já retificado e alterado, o que hodiernamente não se aplica prevalecendo às retificações realizadas, e ainda, considerando o dispositivo legal, contido no artigo 1º da Lei 6.839/80, artigo 30, §1º, inciso I da Lei 8.666/93 e artigo 22, inciso I, da Resolução Conjunta SEMAD/IGAM Nº 1.044, de 30 de outubro de 2009, a Comissão esclarece e se posiciona no sentido de manter as regras do Ato Convocatório e demais retificações.

Na expectativa da inteira compreensão desse Conselho de Classe, a Comissão Específica de Licitação e Julgamento do Ato Convocatório ABHA Nº 009/2013 permanece à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Araguari-MG, 11 de novembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

Mariane Rosa Moura

Presidente da Comissão Específica de Licitação e Julgamento